

JUNHO 1973 - Nº1

BOLETIM DO

REG 57/1/22

COMITE DE APOIO

AOS DESERTORES E REFRACTÁRIOS PORTUGUESES



APOIEMOS OS DESERTORES PORTUGUESES

Há mais de 10 anos que os povos de Angola, Guiné e Moçambique começaram a luta armada contra o colonialismo português pela libertação do seu país.

As vitórias alcançadas por esses povos em todas as frentes - militar, política e diplomática - têm feito recuar o colonialismo português, um dos últimos apoios do colonialismo mundial, para situações insustentáveis.

Não podendo suportar sózinhos, por mais tempo, tais guerras, o colonialismo português recorre à ajuda crescente dos países imperialistas (EUA; RFA; França; etc).

Enquanto que os fascistas portugueses são desprezados pelos povos do mundo inteiro, as lutas heróicas dos povos africanos têm o apoio inabalável de todos os povos.

Da parte do povo português este apoio tem-se manifestado por uma resistência à guerra colonial-imperialista, travada há

já alguns anos.

Esta resistência tem tomado diversas formas: manifestações de rua; resistência nas casernas, propaganda anticolonial e recusa de fazer a guerra.

Os jovens que se recusam a participar nesta guerra criminal, os desertores e refractários procuram, em geral, refúgio na França e noutros países da Europa. Em França, no entanto, as dificuldades administrativas e a cumplicidade das autoridades francesas com as autoridades fascistas portuguesas, criam inúmeros problemas a esses jovens.

O Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses, criado numa base antifascista, anticolonialista e anti-imperialista definiu como tarefa suas o apoio aos desertores e refractários, assim como à luta dos povos das colónias e à luta do povo português contra a

guerra colonial.

O Comité propõe-se, pois, de lutar pelos seguintes objectivos :

- A conquista do direito ao Refúgio Político para todos os desertores e refractários portugueses.

- O apoio à luta dos povos das colónias portuguesas até à independência total.

- O apoio à luta do povo português contra a guerra colonial.

COMO SE CRIOU O COMITE ?

Desde a sua criação, o comité tem desenvolvido um certo trabalho no sentido indicado. Assim, para além da ajuda concreta aos desertores, sobretudo no que respeita à sua regularização, o comité tem participado numa campanha de denuncia do colonialismo português e de informação sobre as lutas dos povos das colónias, seja nas colunas de jornais, como o "O SALTO", seja participando em vários comícios, como por exemplo, os comícios de homenagem a Amílcar Cabral.

Na base da constituição do Comité, havia um certo número de anti-imperialistas franceses, portugueses e africanos que queriam contribuir para a organização do apoio, aqui em França, aos desertores e refractários portugueses. Nesse sentido, convocaram uma reunião de informação para 6 de Maio de 1972. Tendo em conta que na altura existia

também um outro grupo de anti-imperialistas que tinham editado o boletim "Luta", e que se propunham criar também um comité de apoio (e para esse efeito tinham convocado uma reunião para o dia 25 de Maio 1972), nós decidimos conjugar os esforços e participar nessa reunião.

Na assembleia do dia 25, encontravam-se mais de uma centena de anti-imperialistas franceses e portugueses, alguns representando organizações anti-imperialistas. Os camaradas de "Luta" propuseram uma plataforma que foi discutida. Finalmente uma outra resolução foi aprovada, quase por unanimidade, tendo-se apenas absteído a direcção de "Luta". Esta declaração dizia :

"Foi criado em Paris um Comité de Apoio aos desertores, refractários e insubmissos portugueses, em conjunto com todos os que já estão empenhados nesta acção.

Propõe-se pedir o benefício do estatuto de Refugiado Político para aqueles que estão em França; informar a opinião pública sobre a situação do colonialismo português e da responsabilidade do governo francês; e dar uma ajuda concreta aos portugueses exilados".

No sentido do primeiro parágrafo desta resolução, foi constituída uma comissão compreendendo as diferentes forças empenhadas no apoio aos desertores.

Duas tarefas foram confiadas a esta comissão :

1)- Popularizar a moção adoptada pela assembleia;

2)- Organizar uma nova assembleia geral para 6 de Junho.

Para tal foi fixada uma reunião da comissão para 31 de Maio.

Nesta reunião, os camaradas do nosso comité constataram a presença de um certo número de amigos dos camaradas de "Luta! Estes amigos não vinham discutir absolutamente nada daquilo para que tínhamos sido mandados pela assembleia, mas sim para impor um certo ponto de vista, o ponto de vista de "Luta".

Escusado será dizer que para estes camaradas, que tanto horror têm a tudo o que se pareça com unidade de acção ou compromisso, a questão de se subordinarem às decisões de uma comissão que não fosse exclusivamente composta por eles nem sequer se punha. Em consequência eles declararam à comissão que apenas seriam membros do comité aqueles que aceitariam a sua plataforma - apesar desta não ter sido aprovada pela assembleia -; que não convocariam para 6 de Junho a reunião prevista pela assembleia; que não haveria mais nenhuma outra reunião da comissão e que seriam eles a fixar a data e a composição da próxima reunião.

Dado que nós queríamos continuar a fazer um trabalho de apoio aos desertores e refractários não íamos ficar de braços cruzados. Nesse sentido o presente comité de apoio tomou co-

mo base a resolução do dia 25 de Maio:

Desenvolver o trabalho de apoio aos desertores, assim como a propaganda às lutas dos povos das colónias e de Portugal contra o colonialismo.

Conscientes que apenas a mais larga unidade de acção na base da declaração do 25 de Maio de 72 poderá ter efeitos determinantes na luta anti-imperialista na qual se integra plenamente o nosso trabalho, nós que remos aqui deixar bem expressa a nossa firme vontade de unidade com todos os anti-imperialistas franceses, portugueses e outros.

É nesse sentido que lançamos um apelo a todos os anti-imperialistas para que se juntem a nós na luta pelo direito ao refugio politico e pelos objectivos acima mencionados.

REFUGIO POLITICO PARA OS

DESERTORES E REFRACTARIOS !

OS POVOS DAS COLONIAS VENCERÃO!

LÊ

A VOZ DO DESERTOR

os povos das colónias vencerão!

Os anos sessenta são, sem dúvida alguma, uma época inesquecível para os povos africanos em geral. A maior parte dos povos oprimidos deste continente conquista de uma maneira irreversível a independência nacional.

Em Angola, Guiné e Moçambique esta luta toma a forma de luta popular armada, apesar da dominação bárbara do colonialismo português, apoiado pela NATO e pelo imperialismo americano.

Embora os povos destas regiões ainda não tenham obtido a vitória total, a balança pende desde há muito, incontestavelmente para o lado daqueles para quem a guerra é justa, quer dizer, dos povos angolano, guineense e moçambicano. Hoje, na Guiné o domínio colonial está reduzido a meia dúzia de cidades. Os soldados portugueses não ousam sair dos quartéis porque o povo guineense defende corajosamente, com armas na mão, o país quase inteiramente libertado.

Em Angola uma luta armada de mais de onze anos transformou totalmente a situação no Norte e a Este do país. Hoje mais de um terço do território encontra-se libertado. As forças patrióticas são superiores a 10000 ho-

mens.

Em Moçambique as zonas libertadas encontram-se sobretudo no Norte. Nos últimos meses as forças patrióticas tem avançado corajosamente em direção ao Sul. Mais de um quarto do território já se encontra libertado.

O colonialismo português não está só nesta luta contra os povos africanos. Atrás dele encontram-se os grandes monopólios americanos, ingleses, alemães, franceses e outros. Estes fornecem ao colonialismo português, um dos últimos baluartes do colonialismo em África, todo o apoio militar necessário para a continuação da pilhagem das riquezas naturais destes países, assim como do trabalho da população. Minérios, metais preciosos, óleos vegetais, animais, cereais e outros produtos são encaminhados diariamente, pela força das armas, para os grandes depósitos das companhias estrangeiras. Mas o povo africano já tomou consciência desta situação e sabe que um país pequeno ou fraco pode vencer um país militarmente mais forte.

Os povos africanos não estão sós. Além dos desertores e refractários portugueses, que se contam já por dezenas de milha-

res, como vemos nas páginas do nosso boletim, os anti-colonialistas e anti-imperialistas do mundo inteiro apóiam a justa luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.

A impossibilidade do governo colonialista português continuar por muito mais tempo a oprimir o povo africano pela força das armas, poderia levá-lo a escolher uma nova via. A chamada via neo-colonialista, que difere da primeira simplesmente quanto à forma. A exploração colonialista do povo africano continuaria da mesma maneira. Mas os povos de Angola, Guiné e Moçambique, fortes do apoio dos povos de todo o mundo, farão fracassar todas as tentativas do imperialismo mundial e dos seus lacaios portugueses.



Amilcar Cabral : « NÓS NÃO LUTAMOS CONTRA O POVO PORTUGUÊS... »

Nunca será demasiado denunciar os crimes cometidos pelos colonialistas portugueses contra as populações de Angola, Guiné e Moçambique.

Pelo contrário, os combatentes africanos dão provas de amizade para com o povo português libertando todos os soldados portugueses que se entregam e mesmo alguns capturados em combate.

Seguem-se extratos duma declaração de Amilcar Cabral, cobardemente assassinado pelos colonialistas portugueses, por oca-

sião da libertação de três soldados portugueses feitos prisioneiros pelas forças do PAIGC.

"Nós não lutamos contra o povo português, contra indivíduos portugueses ou famílias portuguesas. Sem nunca confundir povo português e colonialismo português, nós fomos obrigados a pegar em armas para expulsar da nossa terra pátria africana a vergonhosa dominação colonial portuguesa".

"Numa tentativa criminosa de genocídio os colonialistas por-

tugueses praticam diariamente actos de terrorismo contra as populações pacificas das nossas regiões libertadas, nomeadamente contra as mulheres, as crianças e os velhos; eles bombardeiam e metralham as nossas populações, reduzem a cinzas as nossas aldeias e queimam as nossas colheitas com bombas de todas as espécies, nomeadamente com bombas de fragmentação, de napalm e de fósforo branco".

"... nós chamamos uma vez mais a atenção da opinião mundial sobre os crimes cometidos pelos colonialistas portugueses no nosso país. Eles seriam incapazes de os realizar se não dispusessem da ajuda politica e material dos seus aliados.

"O Objectivo principal do nosso combate é a conquista da independencia nacional do nosso povo".

direito ao refugio politico

Há actualmente em França mais de 70 mil jovens, desertores e refractários, que se recusaram a participar na criminosa guerra colonial. Esta recusa de participar numa guerra colonialista, travada pelo governo fascista português contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique, com o apoio do imperialismo internacional, é uma tomada de posição contra a politica criminosa do colonialismo português em África: é pois um acto politico.

Esta acto devia dar direito aos jovens desertores e refractários, nos países onde se refugiaram - a maioria dos quais assinaram a Convenção de Genebra - ao Estatuto de Refugiado Politico.

Com efeito, a Convenção de Genebra estipula que:

"... Deve ser considerado como

refugiado aquele que, tendo receio de ser perseguido pela sua raça, religião ou nacionalidade, ou por pertencer a um determinado grupo social ou ainda pelas suas opiniões politicas, se encontra fora do país do qual tem a nacionalidade, e não pode ou por causa desse receio, não quer reclamar-se da protecção desse país".

O acto politico que consiste em recusar participar numa guerra colonialista é punido em Portugal com uma pena de prisão de 6 a 8 anos, além de toda uma série de medidas repressivas da parte da sinistra PIDE. Ele provoca, pois, um receio justificado da parte dos desertores e refractários de se reclamarem da protecção do governo português e devia assim dar automaticamente direito ao Estatuto de Refugiado Politico, conforme aos Acordos de Genebra.

a situação dos desertores e refratários em França

Estes jovens, que constituem para o governo francês, como para os governos dos outros países industrializados da Europa, para os quais eles emigraram (Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Suécia, etc,...) uma mão de obra barata e relativamente estável, podiam, até há alguns meses, obter, com bastante facilidade, carta de estadia e de trabalho, em França. E isto, embora a regularização da sua situação e a sua segurança fossem bastante incertas e dependessem essencialmente das necessidades do capitalismo francês.

Recentemente, o governo francês tomou uma série de medidas cujo fim oficial é o de acabar com a emigração clandestina. Estas medidas são :

- Os acordos franco-portugueses da emigração concluídos em Julho de 71, que na sua aplicação

prática impedem todo o português em situação irregular no plano militar de entrar em França, e de aí poder trabalhar. Estes acordos não são realmente aplicados pelo governo francês devido às dificuldades que em contra o ofício nacional de emigração (CNI) francês em recrutar trabalhadores portugueses que venham para França com contratos de trabalho passados por esse organismo.

No entanto, os acordos exis-

tem e constituem um perigo real para os jovens portugueses que se refugiam em França.

- A circular Fontanet, cuja aplicação é efectiva desde 16/10/72. O resultado é toda uma série de medidas tomadas para impedir ao máximo a regularização dos estrangeiros vindos para França sem ser por intermédio da ONI.

No entanto, a circular Fontanet estipula que estas novas disposições não se aplicam às pessoas que pedem asilo político.

Vemos pois que a reivindicação do direito ao refugio político para todos os desertores e refractários portugueses nada tem de utópico e que ela corresponde tanto à necessidade de lhes garantir um máximo de segurança, em França e no plano internacional, como à situação actual em França que faz com que concretamente os desertores beneficiem já duma legislação mais maleável do que aquela que é aplicada à maioria da emigração isto porque o capitalismo francês encontra-se cada vez mais submetido à pressão dos estados progressistas das Nações Unidas e dos povos oprimidos pelo imperialismo, em luta pela sua libertação.

Exigir o estatuto de Refugiado Político para todos os jovens portugueses que se recusam a participar na guerra colonial é, no fundo, exigir a aplicação das leis internacionais que o governo francês assinou e é exigir a aplicação da própria lei francesa.

PORTUGAL:

manifestacoes anticolonialistas

LISBOA

21 Fevereiro - Algumas centenas de manifestantes exprimiram a sua condenação do colonialismo português, gritando palavras de ordem hostis à guerra colonial.

Fins de Março - Depois dos incidentes que tiveram lugar na faculdade de Direito entre os vigilantes-pides e estudantes, uma importante manifestação foi realizada em diferentes sitios da capital para protestar contra as novas medidas fascistas tomadas na faculdade.

2 Abril - Nova manifestação anticolonialista e antifascista, que percorreu um longo percurso compreendendo nomeadamente o Saldanha, a Praça do Chile, a Av. Almirante Reis e a Praça Martim Moniz.

COIMBRA

5 Abril - Importante manifestação de estudantes contra a guerra colonial e contra o fascismo.

AVEIRO

8 Abril - Neste dia, o ultimo dos trabalhos do III Congresso da Oposição Democrática que se realizou em Aveiro, uma manifestação de mais de mil pessoas que se dirigiam em romagem ao

túmulo do dirigente democrático Mário Sacramento, chocou-se com as forças repressivas policiais. Teria havido um morto e várias dezenas de feridos.

PORTO

5 Abril - Rebentaram duas bombas nas instalações do exército colonial fascista. Os estragos foram consideráveis.

4 Abril - Centenas de estudantes reunidos em Plenário no átrio da Faculdade de Ciências foram brutalmente dispersos pelas forças de repressão fascistas convocadas pelo reitor. A policia cercou o edificio e, colocando-se às suas portas, procedeu a cerca de duas centenas de prisões.

5 Abril - Vários grupos de manifestantes desceram ao centro do Porto, Av. dos Aliados, para apedrejarem, em manifestação relampago, as montras de vários bancos, causando-lhes numerosos e importantes estragos.

(Continuação da pag. 9)

aos jovens trabalhadores que despertam e levantemos bem alto a bandeira da solidariedade anti-imperialista! Nenhum estudante para a guerra colonial! Desprezo para os vendidos!

MANIFESTO DE DESERTORES DO EXERCITO COLONIALISTA

Com o titulo "Manifesto dos Estudantes Convocados compulsivamente para a Tropa - Sobre os motivos da sua deserção", foi distribuido um manifesto dirigido ao povo de Portugal, aos jovens em idade militar, aos soldados e aos estudantes, assinado por cinco estudantes, que foram convocados para o exercito colonial-fascista.

Eis algumas passagens:

"Razões politicas, razões de solidariedade internacionalista para com a causa justa dos povos negros de Angola, Guiné e Moçambique, a recusa de servir-mos como oficiais no exercito colonialista português e de obrigarmos os operários e camponeses de Portugal a disparar as espingardas contra os seus irmãos de classe africanos, a importancia de não cedermos perante a represália da incorporação no exercito e de apontarmos aos estudantes a via a seguir para a continuação da luta, exigem que desertemos do exercito colonialista português a partamos, na situação presente, para outro país!"

"Desertamos, queremos deixá-lo bem vincado, não porque sejamos pacifistas ou tenhamos medo da morte. Há guerras justas e guerras injustas; nós apoiamos as primeiras, que são a unica esperança dos povos se libertarem da força bruta das armas dos exploradores, e combatemos o colonialismo, que desencadeia

as segundas!"

"Frente ao exercito português, à questão colonial e às guerras coloniais que o governo fascista leva a cabo em Angola, Guiné e Moçambique é esta a unica posição correcta a adoptar e não a substituiremos pela critica aos excessos do exercito e da administração colonial, nem pela condenação pacifista e chauvinista da guerra "devido ao elevado numero de mortos e estropiados que causa normalmente entre as forças armadas coloniais", conforme o fazem os vários movimentos da "Oposição" burguesa (ver, por exemplo, o Comunicado da CDE de Lisboa sobre os acontecimentos da Igreja do Rato), que condenam a guerra devido aos desgastes económicos e humanos que provoca no país, mas se "esquecem" de proclamar o direito dos povos negros dos países sob dominação colonial portuguesa à independencia total, de apontar a burguesia portuguesa como a principal responsável da aventura colonialista".

O Manifesto acaba assim:

"O nacionalismo burguês é uma causa perdida em Portugal. A unica causa por que vale a pena lutar é pela causa dos povos oprimidos pelo imperialismo e pelo capitalismo. É por essa causa que devemos trabalhar e sacrificar-nos, até a própria vida, se tal for necessário. Nunca pela pátria imperialista!

"Avante estudantes, unamo-nos

Desenvolve-se no mundo a solidariedade com a luta dos povos das colónias

Suécia

Em Estocolmo, o Comité de Desertores Portugueses organizou por ocasião do assassinato de Amílcar Cabral uma manifestação de solidariedade à luta dos povos da Guiné (Bissau). Aos desertores portugueses juntaram-se anti-colonialistas suecos, palestinos e marroquinos. Esta manifestação que se dirigiu para a embaixada do governo fascista português foi, não uma manifestação de luto, mas sim uma demonstração dum apoio combativo à guerra de libertação nacional, como o provam as palavras de ordem gritadas pelos manifestantes, como por exemplo: "O PAIGC Vencerá", "Abaixo o colonialismo português" e "Viva a luta dos povos contra o colonialismo e o imperialismo".

No fim, uma resolução condenando o colonialismo português e o imperialismo internacional e exprimindo o apoio dos manifestantes à justa luta dos povos contra o imperialismo foi aprovada e enviada ao PAIGC.

COMITÉ DE DESERTORES PORTUGUESES DE ESTOCOLMO

Box 42 II0, I26 I2 Estocolmo, Suécia.

Noruega

Realizou-se recentemente em Oslo, capital da Noruega, uma conferência contra o colonialismo e o "apartheid" organizada conjuntamente pela ONU (Organização das Nações Unidas) e pela OUA (Organização da Unidade Africana), e a que assistiram delegações de 65 países e de 9 movimentos de libertação da África Austral.

Entre as mais importantes disposições preconizadas por diversos oradores para o esmagamento do colonialismo e da discriminação racial em África contam-se as seguintes propostas:

1- Um alargamento das actividades da NATO no Atlântico Sul e no Índico deve ser considerado como uma séria ameaça à paz e à segurança dos Estados Africanos independentes e como uma ajuda directa a Portugal, à África do Sul e à Rodésia.

2- Os países membros da NATO que se recusem a fornecer armas a Portugal devem, no conselho de ministros da NATO, actuar de maneira a que aquela organização acabe com a ajuda à guerra colonial portuguesa.

3- A ONU deve exigir que todos os fornecimentos de armas a Portugal cessem imediatamente, in-

clusivamente avioes civis e barcos que podem ser usados no transporte de soldados e material de guerra.

4- Desenvolvimento de uma campanha internacional para a libertação dos presos políticos; inspeções da Cruz Vermelha Internacional às cadeias portuguesas.

5- Reconhecimento dos desertores do exército português como refugiados políticos com direito à proteção e ajuda dos países estrangeiros.

6- Pôr fim a toda a colaboração com Portugal nos projectos de Cabora Bassa e do Cunene, e tomar medidas concretas para que os projectos sejam postos de parte.

7- Governos e organizações devem trabalhar para que todo o capital estrangeiro seja retirado das colónias portuguesas; paragem completa das exportações, investimentos e empréstimos.

8- Por fim à colaboração dos Estados Europeus com os planos portugueses de estabelecimento de colonos brancos em África.

9- Desaconselhar todo o turismo para Portugal e colónias.

Estas propostas foram já entregues ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, que as apresentará proximamente na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

É de salientar a importância desta conferência, a primeira organizada conjuntamente pela ONU e pela OJA, que se realizou apesar da desaprovação de países

imperialistas como os EU, a Grã-Bretanha e a Republica Federal Alemã.

Esta conferência e as propostas nela formuladas constituem mais uma pesada derrota para a politica do governo caetanista e uma vitória para os antifascistas anticolonialistas e anti-imperialistas portugueses, nomeadamente para os jovens desertores e refractários ao exército colonial-fascista, que vêm a sua acção apoiada numa conferência internacional.

França

Como consequencia do cobarde assassinato pelo fascismo português do dirigente do PAIGC, Amílcar Cabral, várias associações de Trabalhadores Portugueses Emigrados organizaram, em Paris, no dia 18 de Fevereiro um comício de homenagem a Amílcar Cabral e de apoio à luta do povo da Guiné (Bissau) e Cabo Verde.

Associaram-se igualmente a este comício, o jornal "O SALTO" e o nosso próprio comité.

A primeira parte do comício foi preenchida pelas intervenções dos organizadores, da Federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF), da Associação de apoio à luta dos povos sob dominação colonial portuguesa e do jornal "A VOZ DO DESERTOR". Intervieram também ou enviaram mensagens, um grupo de militantes do PAIGC, um militante angolano, um desertor da

AFRICA:

Novas Vitórias dos Movimentos de Libertação

GUINÉ (Bissau)

Segundo um comunicado de guerra publicado a 28/4/73, em Conakry, as forças armadas patrióticas mataram, a 20 de Abril último, pelo menos cinco inimigos e destruíram 2 camiões numa embuscada na estrada entre Canchugo e Cacheu, no Nordeste do país.

O comunicado dizia também que no mesmo dia as forças armadas patrióticas fizeram recuar um grupo de tropas portuguesas, que tentaram penetrar nas zonas libertadas de Kere, no centro norte do país e de Sambuia, ao norte do rio Farim, pondo fora de combate 9 soldados.

O comunicado acrescentava que as forças armadas patrióticas desencadearam em Abril ataques surpresa contra vários campos protegidos no norte e sul do país, causando inúmeras baixas ao inimigo e destruindo bas-

tante material militar.

MAIS DE 40 SOLDADOS PORTUGUESES MORTOS NOS PRIMEIROS 10 DIAS DE Maio

Este é o saldo, segundo um comunicado de guerra do 15/5/73 de 10 dias de luta do povo guineense para expulsar o colonialismo português do seu território.

No passado dia 5 de Maio as forças armadas patrióticas atacaram objectivos militares do inimigo na cidade de Bula, destruindo 8 quartéis e fazendo explodir um depósito de munições.

Outras operações foram levadas a cabo nos dias 3 e 9 de Maio em outras regiões.

Numa embuscada a 4 de Maio foram mortos 22 inimigos e feridos bastantes outros.

Outros ataques foram coroados de êxito.

MOÇAMBIQUE

Um comunicado da FRELIMO anunciou no passado dia 15 de Maio que os combatentes patrióticos abateram um avião e fizeram explodir um comboio de tropas colonialistas portuguesas, causando bastantes mortos. O avião foi atingido no solo e incendiou-se causando 11 mortos e 5 feridos, perto de Mueda.



Um dirigente da FRELIMO afir-

(Cont pag 13)

(Continuação da pag 11)

guerra colonial na Guiné e o MPLA.

O comício que acabou com o filme "No Pincha" e a peça "Solidariedade", representada pelo grupo de teatro "José Gregório", foi um exemplo vibrante da solidariedade dos trabalhadores portugueses emigrados à luta do povo da Guiné contra o colonialismo português.

mou recentemente a um jornal da Etiópia : "O mais importante sucesso obtido no decorrer dos ultimos 10 anos pela FRELIMO é o de ter organizado o povo numa frente larga contra o colônialismo português".

"Nós não queremos nem a assimilação em 'portugueses civilizados', nem a autonomia; queremos a liberdade total e completa", disse aquele patriota africano.

Acrescentou ainda ; "O movimento de libertação de Moçambi-

que tem uma grande estima e o reconhecimento em África e no resto do mundo, porque tem tido uma organização bastante activa e já libertou mais de 20000 Km² ou seja, um querto do território total, com mais de 1 milhão de habitantes".

"Os portugueses esforçam-se a apresentar o problema em termos raciais, mas a luta desenvolve-se de tal maneira que a população branca no país apoia também a luta dos combatentes patriotas".

Alguns dados sobre a pilhagem

As colónias portuguesas são hoje a presa do imperialismo internacional.

A penetração do capital colonial imperialista, a partilha das riquezas nessas colónias e, em consequencia, a abominável exploração dos trabalhadores angolanos, guineenses, moçambicanos, são cada vez maiores e marcham lado a lado com a repressão feroz sobre os povos das colónias.

O governo fascista português favorece constantemente esta partilha das riquezas e a penetração do capital monopolista mundial, em troca da ajuda económica e do apoio político das potencias imperialistas ao prosseguimento das guerras criminosas.

Muito recentemente ainda, fo ram feitas várias concessões na Guiné (Bissau) pelo governo fas

cista de Caetano ao monopólio americano Esso, para a pilhagem do petróleo e de outros produtos derivados, por um período de 10 anos. (Ver o Boletim de informação da Agencia noticiosa popular de Portugal - Novaport- n^o3 despacho n^o 00295, de 30/I/73.

Em Moçambique foram feitas enormes concessões para o direito à pilhagem da maioria dos minérios de certas zonas do território moçambicano a uma sociedade constituída por grupos imperialistas - Bethlehem Stell Co Krupp (RFA), Anglo-American Co (África do Sul), e capitais japoneses, dinamarqueses e portugueses. Estas concessões tornam a dependencia do povo moçambica no do jugo imperialista cada vez maior.

Em Angola a pilhagem das riquezas, sobretudo do petróleo, aumenta também. Assim, nos pri-

meios seis meses de 1972, a produção das indústrias extractivas aumentou de 114% em relação ao mesmo período do ano precedente (Novaport-despacho nº 00373).

Os grandes monopólios americanos, alemães, ingleses, japoneses, Sul-africanos, franceses, etc.,... distribuem entre si as riquezas de Angola, da Guiné (Bissau) e de Moçambique, deixando algumas migalhas aos colonistas portugueses.

Assim, o ferro de Cassinga (Angola) é explorado pelo grupo imperialista alemão Krupp, o petróleo de Angola por monopólios americanos, belgas, canadianos, franceses e japoneses, a barragem Cabora Bassa (Moçambique) está a ser construída por um consórcio imperialista internacional (com capitais franceses, alemães, italianos, sul-africanos, portugueses); a barragem de Cunene (Angola) é também financiada por outro consórcio internacional com a participação de capitais franceses (Credit Commercial e Credit Lyonnais); os diamantes (Angola) são explorados pela África do Sul e

isto tudo representa somente uma parte. (A propósito da barragem de Cunene ver o artigo de "O SALTO" nº 14).

É certo, no entanto, que a esta avidez do capital internacional se opõe cada vez com maior força a luta heroica dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.

ANGOLA

Depois do começo da guerra de libertação nacional (4 Fevereiro de 1961), Portugal reforçou a exploração económica sobre Angola. Tendo necessidade do apoio político, militar e diplomático dos outros países imperialistas, o governo fascista português vai associar o capital monopolista internacional à pilhagem dos países colonizados. Assim, a produção das indústrias extractivas quase triplicou entre 1960 e 1968, passando de 846 milhões a 2545 milhões de escudos, e como podemos ver pelo quadro I esta produção aumentou num só ano de 40%.

Quadro I

Produtos	1967	1968	%
Diamantes (carates)	1.288.501	1.667.133	+29,4
Minério de ferro (toneladas)	1.154.303	3.218.212	+178,8
Manganésio (toneladas)	33.180	9.150	-72,5
Petróleo (toneladas)	537.152	749.514	+39,5

(Fonte -- Banco de Angola-Relatório anual- 1968)

A pilhagem tem-se desenvolvi do muito nestes últimos anos. As exportações de matérias primas e de outros produtos para os países imperialistas aumentaram em 4 anos de 60%. Os principais produtos exportados são o café, o minério de ferro, petróleo, diamantes, etc, ... Os principais países que beneficiam desta pilhagem são Portugal, os EUA, o Japão, os países do Mercado Comum, etc, ...

O quadro nº 2 dá-nos uma ideia deste desenvolvimento.

Quadro 2

Exportações de ANGOLA

Países	1967	1971
Portugal	2.676 (I)	3.662
USA	1.852	2.380
Japão	379	1.193
Holanda	774	910
RFA	426	320
Belgica/Luxemburgo	100	125
França	a)	194
Itália	a)	93
Inglaterra	118	178
Dinamarca	a)	408
Moçambique	137	214
Espanha	187	404
Canadá	176	589
África do Sul	135	162
Zaire	109	144
Outras colónias	a)	390

I) em 1.000.000 Escudos

a) Em 1967 o valor das exportações para estes países era insignificante

(Fontes - Banco de Angola - Relatório anual-1968.
Novaport, nº4, Despacho nº 000977)

Os principais produtos de exportação são as matérias primas e os produtos agrícolas comprados pelos países imperialistas a preços inferiores ao seu valor e os principais produtos de importação são os bens de equipamento e produtos transformados.

Vemos facilmente o interesse que o capital monopolista internacional tem no prosseguimento da ajuda militar, política e diplomática ao governo colonialista fascista português para a continuação da guerra colonial.

A VOZ DO DESERTOR

Saiu, em fins de Fevereiro, o primeiro numero d'A VOZ DO DESERTOR. O aparecimento deste jornal é um passo muito importante na organização dos desertores portugueses em bases revolucionárias.

Com efeito, sob o titulo "Em frente pela Organização dos Desertores", o jornal insere um editorial em que diz nomeadamente: "... ele (o jornal) pretende contribuir para a organização das massas de jovens que se recusam a fazer a guerra colonial num amplo movimento que defenda os seus interesses particulares, se integre na luta geral do povo português contra o fascismo e preste uma solidariedade activa aos povos das colónias em luta contra o jugo português.

A VOZ DO DESERTOR é um jornal antifascista, anticolonialista e anti-imperialista".

E mais adiante, depois de indicar "a necessidade da revolução popular como o único cami-

nho que levará o povo português a uma transformação radical das suas condições de vida," a VOZ DO DESERTOR apela, dentro da luta contra o colonialismo, "para uma solidariedade activa para com a luta de libertação dos povos das colónias; luta pela derrota total do colonialismo português; exige a retirada imediata e incondicional das colónias de todas as tropas coloniais; exige a independência total de todos os territórios sob domínio colonial português; combate todos aqueles que pretendem perpetuar esse domínio sob formas neocolonialistas".

Como Comité de Apoio aos Desertores e Refractários, solidarizamos-nos activamente com todas as iniciativas que visem a união aos desertores e refractários. Devemos pois apoiar por todos os meios ao nosso alcance os camaradas d'A VOZ DO DESERTOR.

Permanências do Comité

SABADO das 16 as 20h

QUARTA das 18 às 21h

127, rue St.Maur - Paris 11

SABADO das 18 as 20h

174, rue Championnet

Paris 18

